

CÂMARA MUNICIPAL

DE

LAGOA – AÇORES

ATA N.º 25/2019

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019

(Contém 15 Folhas)

ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL**DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 25/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 29 de novembro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação os Senhores Vereadores Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota e Albertina Maria Costa Oliveira, porque não estiveram presentes naquela reunião e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



ANTES DA ORDEM DO DIA:**LOTES DO TECNOPARQUE PARA COMERCIALIZAÇÃO:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que tem passado pelo Tecnoparque e ainda não viu as placas da Imobiliária com os lotes à venda e questionou se os vão promover em silêncio.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente.

O Senhor Vice-Presidente informou este é um assunto da responsabilidade das Portas da Lagoa. Irá saber qual o ponto de situação e posteriormente informará os Senhores Vereadores.

A Câmara tomou conhecimento.

PUBLICAÇÃO DE ESCLARECIMENTO:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a semana passada a Câmara Municipal publicou um esclarecimento na sequência de uma reportagem e comentou que, em sua opinião, a Câmara Municipal não deveria ter publicado aquele esclarecimento e com aquele conteúdo, expondo publicamente a vida e os bens daquela Senhora e que de acordo com a atual legislação de proteção de dados, isso não é possível.

A Senhora Presidente referiu que foi ela quem fez o esclarecimento e explicou o histórico do processo. A situação que podia ter evitado seria dizer "vários prédios" em vez de quantificá-los. A reportagem foi publicada numa manhã e se havia vontade de ouvir a reação da Câmara Municipal, o correto devia ter sido ouvida primeiro, antes da divulgação da reportagem. Na verdade, foi contactada para reagir à reportagem à posteriori.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, a Câmara Municipal não tinha que ser ouvida.

A Senhora Presidente relatou que em plena reunião da Intermunicipal da AMRAA foi interrompida pela jornalista para reagir à publicação. A jornalista questionou-lhe o que a Câmara Municipal tinha a dizer sobre aquela situação e que as Entidades não olham por aquela Senhora. A Senhora Presidente disse que remeteu a reação para o dia seguinte, pois, naquele momento, estava a decorrer uma reunião da AMRAA e não tinha consigo os documentos para reagir, tendo a jornalista questionado se a Senhora Presidente iria contrariar a reportagem. A Senhora Presidente disse que lhe respondeu que se a reportagem é como lhe contaram teria de contrariar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que, em sua opinião, se estivesse no lugar da Senhora Presidente não reagia ou se o fizesse seria de forma telegráfica "que a



Câmara Municipal está a acompanhar a situação e a diligenciar de forma a permitir melhores condições de vida àquela Senhora”, sem pormenorizar o processo e sem descrever os respetivos bens, pois trata-se de um processo privado, do qual não pode ser revelado o seu conteúdo. Acrescentou, que a Senhora Presidente não tinha o direito de expor publicamente a vida daquela Senhora e naquele esclarecimento não viu a figura da Senhora Presidente, face à sensibilidade social que a Senhora Presidente diz ter e até lhe reconhece alguma.

A Senhora Presidente destacou que lhe foi pedido uma reação e que reagiu na ótica do que tem sido feito relativamente àquele processo.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que ouviu a reportagem e em nenhum momento faz referência que tenha havido inércia por parte da Câmara Municipal de Lagoa ou por parte do Governo Regional.

A Senhora Presidente disse que na reportagem a Senhora não refere, mas a jornalista cria a ideia que as Entidades estão afastadas daquele problema, quando na realidade não é verdade e se assim não fosse não iria pedir reação à Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, ausentaram-se da reunião.

RECONHECIMENTO - NORBERTO SILVEIRA LUÍS:

A Senhora Presente da Câmara apresentou o seguinte reconhecimento ao jornalista Norberto Silveira Luís:

“Apraz-me deixar registado em ata um reconhecimento ao Norberto Silveira Luís, jornalista de profissão, fundador e ex Diretor do Jornal Diário da Lagoa, que durante os últimos 5 anos, foi o rosto deste jornal e que agora regressa à sua terra natal, por motivos de ordem pessoal e familiar.

O Jornal Diário da Lagoa foi oficialmente fundado a 21 de fevereiro de 2014, sendo a sua primeira publicação impressa em outubro do mesmo ano.

Desde então revelou-se num importante meio de divulgação das atividades do concelho, nas mais variadas áreas, registando e perpetuando a história da Lagoa, pela voz dos lagoenses que são os seus verdadeiros protagonistas, sem nunca descurar a essência daquilo que deve ser um jornal: noticiar e informar, com base nos princípios da liberdade, do rigor, da independência, da ética e do pluralismo informativo, primando sempre pela veracidade das informações.



Considerando o seu trabalho, rigor e empenho profissional, durante o período em que esteve à frente dos destinos do jornal, bem como a sua postura de simplicidade e humildade que mereceu o respeito da comunidade lagoense;

Proponho que este reconhecimento fique registado em ata, devendo ser dado conhecimento do teor do mesmo ao jornalista Norberto Silveira Luís."

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos cinco membros presentes, dar conhecimento do reconhecimento apresentado pela Senhora Presidente ao jornalista Norberto Silveira Luís.

Os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, regressaram à sala, a fim de continuarem a participar na presente reunião.

ORDEM DO DIA:

PRESIDÊNCIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Câmara Municipal de Lagoa integra iniciativa Europeia "Rede de Modelos Inspiradores";
- Cristina Calisto destacou mérito de juvenis do Judolag que arrecadaram bronze no Nacional de Equipa;
- Câmara Municipal de Lagoa acolheu sessão de sensibilização para doação de sangue;
- Arte bonecreira de Lagoa-Açores exposta em Lagoa-Algarve;
- Cristina Calisto recebeu Presidente da Associação de Pais da EBI de Lagoa;
- Nonagon recebeu XVIII Encontro de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas;
- Câmara Municipal de Lagoa incentiva alunos da Escola Básica e Integrada de Água de Pau;
- Escola Básica e Integrada de Lagoa hasteou Bandeira Verde;
- INETESE em parceria com Câmara de Lagoa recolheu 230 quilos de resíduos na orla costeira;
- Lagoa recebeu duas finais de futebol;
- Lagoa recebeu torneio de Ténis Sub 14;
- Programa de Natal já teve início na cidade de Lagoa;
- Epic Trail Run Azores passou nos trilhos da Lagoa;
- OPJ de Lagoa 2019 com 109 propostas;



- Caloura Blues nomeado em 6 categorias no Iberian Festival Awards 2019;
- Câmara Municipal de Lagoa realizou ação de limpeza da baía de Santa Cruz;
- Lagoa recebeu III Jornadas Regionais de Direito do Trabalho;
- Judolag participou, em dois torneios no Continente;
- Crianças do CATL “O Borbas” participaram na inauguração da iluminação da árvore de natal no Palácio de Santana.

Sobre os assuntos “INETESE em parceria com Câmara de Lagoa recolheu 230 quilos de resíduos na orla costeira” e “Câmara Municipal de Lagoa realizou ação de limpeza da baía de Santa Cruz”, o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se quando a Câmara Municipal faz a limpeza se é uma ação extraordinária ou de rotina e se quando as Escolas vêm fazer limpeza na orla costeira é porque os serviços da Câmara Municipal de rotina não o fizeram.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos respondeu que se trata de ações simbólicas de consciencialização e sensibilização ambiental. No passado, nas ações que efetuavam, recolhiam mais quantidade de resíduos do que nos dias de hoje. Não é um ato de rotina de limpeza urbana, pois não vão todos os dias limpar a orla costeira. Uma equipa, de duas em duas semanas, passa na Baía de Santa Cruz, nos Poços da Atalhada e no Cerco e recolhem os resíduos que são visíveis, além da limpeza urbana diária das vias de comunicação. Mais informou, que a iniciativa da Escola Profissional – Inetese, foi inserida no Dia Internacional da Cidade Educadora e a ação de limpeza da Baía de Santa Cruz, organizada pela Câmara Municipal de Lagoa, teve como principal objetivo sensibilizar e alertar a comunidade lagoense para os problemas ambientais, mais especificamente para os efeitos nocivos que o lixo marinho provoca nos oceanos.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira comentou que nestas duas situações há demasiado aproveitamento político, é a sua observação.

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:

PONTO N.º 2 – PROPOSTA - 2.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de outubro de 2019, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de



apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre a proposta da 2.ª Alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores, que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 199, de 16 de outubro de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a proposta da 2.ª Alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 3 – PROPOSTA - 1.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de outubro de 2019, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre a proposta da 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais Município de Lagoa – Açores, que foi publicada no Diário da República, 2.ª Série, n.º 199, de 16 de outubro de 2019, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a proposta da 1.ª Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA – PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O ANO DE 2020:

Foi presente a proposta sobre o parecer prévio para a celebração do contrato de prestação de serviços, para o ano de 2020, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 1.

A Senhora Presidente referiu que a proposta sobre o parecer prévio para a celebração dos contratos de prestação de serviços, para o ano de 2020, já tinha sido presente na reunião Camarária de 29 de outubro de 2019, mas surgiu a necessidade de proceder a uma aquisição de serviços de assessoria técnica – Coordenadora de atividades aquáticas, para o Aquafit.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que não obstante as explicações dadas, tal como em outras situações relacionadas com trabalhadores e por desconhecer a necessidade ou não dessa prestação de serviços, irá abster-se nesta deliberação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que também se abstém nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, emitir autorização genérica para a celebração do referido contrato de prestação de serviços, para o ano de 2020, nos termos do artigo 4.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio.

PONTO N.º 5 – PEDIDO DE PARECER PARA ISENÇÕES FISCAIS DE EMPARCELAMENTO RURAL SIMPLES:

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por José da Costa Cacilhas Júnior, residente na Rua Benjamim Sousa Melo n.º 9, Aldeamento da Vila Faia, Freguesia do Livramento, Concelho de Ponta Delgada, solicitando nos termos do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, parecer com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento rural simples, na freguesia de Santa Cruz, deste Concelho.

Pelo Gabinete Técnico desta Câmara Municipal foi prestada a informação número 18/2019 que abaixo se transcreve:

“No seguimento do requerimento apresentado pelo Sr. José da Costa Cacilhas Júnior, relativo ao pedido de emparcelamento rural e isenção fiscal para o mesmo, ao abrigo do disposto no artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, na sua atual redação, somos a informar que o mesmo contribuirá para melhorar a estrutura fundiária local.

Assim, poderá o emparcelamento ser realizado e, caso a Câmara Municipal aprove, estar isento do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e Imposto de Selo, ao abrigo da alínea a) n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, na sua atual redação.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável com vista à obtenção das isenções do IMT e do Imposto de Selo, por motivo de emparcelamento rural simples, conforme requerido por José da Costa Cacilhas Júnior, nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto.



PONTO N.º 6 – PROPOSTA – ANEXAÇÃO E DESANEXAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO E AFETAÇÃO E DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO / PRIVADO DA AUTARQUIA:

Foi presente a proposta sobre anexação e desanexação de parcelas de terreno e afetação e desafetação do domínio público / privado da Autarquia, que se junta por fotocópia à presente ata para dela fazer parte integrante como documento anexo sob o número 2.

Pretende-se obter, após as necessárias anexações, desanexações e desafetações/afetações para o domínio privado e público, respetivamente:

1. Eliminação do acesso a norte da Avenida do Mar, com a consequente afetação da sua área no prédio a);
2. Um prédio único (resultante da anexação das áreas dos prédios melhor identificados em a) - à exceção da área que passará a integrar o domínio público municipal -, + b) + c) supra, que passará a ter a área de 14.754,0 m², conforme melhor identificado em planta n.º 4;
3. Uma área de domínio público, com a área de 710,0 m², a sul/poente do prédio a) que será destinada a parque de estacionamento público;
4. Uma área de domínio público, com 2.903,0 m² – a sul do prédio a), destinada a via pública – Avenida do Mar, tal como existe na prática;
5. Uma área de domínio público, com 9.013,0 m², a sul da avenida do Mar e que confronta com a barrocas do mar, como é sua natureza e atual fim/destino.

Tudo conforme configurações físicas e melhor consta das plantas n.º 03 e 04 em anexo à proposta.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que de acordo com a proposta apresentada, pretende-se a anexação de áreas de vários prédios para a criação de um prédio único, com a área de 14.754,0 m², e apresentou que, em sua opinião, o prédio deveria ser dividido em dois, de forma a possibilitar a oportunidade de haver dois investimentos para aquela zona.

A Senhora Presidente expôs que este processo tem sido complexo e demorado e pelo facto de haver um certo estrangulamento rodoviário na freguesia de Santa Cruz, quer a nascente como a poente, havendo um prédio único, com uma maior área, irá permitir a quem construir naquela zona tenha condições para criar estacionamento.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se já existe um possível negócio para aqueles terrenos.

O Senhor Vice-Presidente informou que a Câmara Municipal planeia lançar um procedimento de hasta pública para alienação do terreno.

A Senhora Presidente informou que pretendem que o projeto seja integrado na paisagem e tem que garantir estacionamento para a zona balnear.



O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que dificilmente haverá um investidor que comprando todo o terreno, aceite ser ele a executar naquele espaço privado, elementos para integração em espaço público, como os referidos pela Senhora Presidente, nomeadamente zonas verdes, estacionamento e áreas de circulação, sendo que o formato que ele defende (dois prédios) já permite mais opções para o mesmo fim, uma vez que sendo dois prédios poder-se-á vender um e eventualmente criar as áreas públicas no outro, ou mesmo até vendendo os dois deixar a possibilidade deles serem adquiridos por promotores distintos, ou um único.

A Senhora Presidente informou que quando pensaram em avançar com este processo, foi com base no contato que tiveram em reuniões com investidores, que se mostraram interessados em construir naquele local e veem potencial naquela zona.

O Senhor Vice-Presidente manifestou que concorda com a criação de um prédio único.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado justificou que vota contra a proposta apresentada, porque defende a criação de dois prédios de terreno e não um prédio único, pois entende que a divisão em dois prédios seria uma mais-valia para aquela zona e deveriam aproveitar o momento em que estão a tratar do assunto.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que se abstém nesta deliberação.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, um voto contra do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) e 25.º, n.º 1, alínea q), do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizar proceder conforme melhor descrito na proposta, praticando todos os devidos, necessários e legais atos administrativos, registrais e outros – internos e externos (nos respetivos serviços e repartições públicas, nomeadamente nos serviços finanças, conservatória e cadastral), necessários e adequados para a sua formalização, e, para o efeito, submeter à sua aprovação em sessão da Assembleia Municipal.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO:

PONTO N.º 7 – AUTORIZAÇÃO PARA AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS:

A Senhora Presidente apresentou a proposta de autorização para aumento temporário de Fundos Disponíveis, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando:



A entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, na sua atual redação;

A entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que define os procedimentos necessário à aplicação da LCPA, na sua atual redação;

Que a Câmara Municipal tem mensalmente que calcular os Fundos Disponíveis, verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem quando aplicáveis e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos, segundo a qual não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis, calculados nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º da LCPA;

O disposto no artigo 8.º, do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, onde refere que a assunção de compromissos, deve ser efetuada pelo seu valor integral aquando da outorga do respetivo contrato, emissão da ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente;

Que de acordo com o artigo 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que autorizados pela Câmara Municipal;

De acordo com o artigo 46.º da Lei n.º Lei 7-A/2016, de 30 de março, na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local, devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas aos seis meses seguintes.

Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis, no montante de 4.963.933,80€, por antecipação de receitas gerais (2.618.754,00€) e próprias (2.345.179,80€) de julho a dezembro de 2020, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA, conforme quadro seguinte.

Correções nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da LCPA

Correções de receitas gerais	
Janeiro	- €
Fevereiro	- €
Março	- €
Abril	- €
Maio	- €
Junho	- €
Julho	436 459,00 €
Agosto	436 459,00 €
Setembro	436 459,00 €
Outubro	436 459,00 €

Novembro	436 459,00 €
Dezembro	436 459,00 €
Total	2 618 754,00 €

Correções nos termos do n.º 2 do artigo 4.º da LCPA

Correções de receitas próprias	
Janeiro	- €
Fevereiro	- €
Março	- €
Abril	- €
Maio	- €
Junho	- €
Julho	353 110,07 €
Agosto	520 952,78 €
Setembro	510 048,71 €
Outubro	376 682,20 €
Novembro	464 019,40 €
Dezembro	120 366,65 €
Total	2 345 179,80 €

“

O Senhor Vereador Roberto Oliveira solicitou esclarecimentos sobre a proposta apresentada.

A Senhora Presidente informou que esta matéria está contemplada na Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso. A Lei prevê que, a título excecional, os fundos disponíveis podem ser temporariamente aumentados, desde que autorizado pela Câmara Municipal.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com seis votos a favor, sendo cinco dos membros do Partido Socialista e um do Senhor Vereador Roberto Oliveira e uma abstenção do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, autorizar o aumento temporário dos fundos disponíveis, no montante de 4.963.933,80€, por antecipação de receitas gerais (2.618.754,00€) e próprias (2.345.179,80€) de julho a dezembro de 2020, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA, conforme quadro acima apresentado.



PONTO N.º 8 – 4.ª REVISÃO ORÇAMENTAL AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2019:

Foi presente à Câmara a 4.ª Revisão Orçamental ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano Financeiro de 2019, que abaixo se transcreve:

“Torna-se necessário proceder à 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o preconizado no Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, na sua atual redação.

Anulações

Receitas de Capital

120602 – Sociedade Financeiras – 292.495€

Despesas de Capital

07010601 – Obra n.º 8/I/2019 – Recolha Seletiva de Resíduos do Concelho de Lagoa – 79.999€

07010401 - Obra n.º 10/I/2019 – Construção de Rampa de Varagem no Portinho de S. Pedro – 12.499€

070101 – Obra n.º 7/I/2019 – Aquisição de Terrenos – 80.000€

07010401 – Obra n.º 2/I/2019 – Parque de Estacionamento Boqueirão – 9.999€

07010401 – Obra n.º 11/I/2019 – Requalificação do Parque de estacionamento Rua António Moniz Barreto – 49.999€

07010202 – Obra n.º 5/I/2019 – Aquisição Casa do Portinho de S. Pedro – 29.999€

07011003 – Obra n.º 30/I/2016 - Eficiência Energética dos Edifícios e Infraestruturas Municipais – 30.000€.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira, concordar e submeter à Assembleia Municipal a 4.ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, para aprovação, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal.

SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:



PONTO N.º 9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 12 de dezembro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 204.076,82 € (duzentos e quatro mil setenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:****PONTO N.º 10 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Igor Nuno Medeiros Oliveira e Nicole Marie Fernandes, solteiros, residentes na Rua Carreira do Meio Moio n.º 29, freguesia de Ponta Garça, Concelho de Vila Franca do Campo, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio rústico, sito à Canada do Ginjal, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 2030/19951222, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 12, secção J.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumpre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, referente à aquisição, em regime de compropriedade, de um prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 12 e secção J da freguesia do Rosário.

À que referir do pedido de compropriedade do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.



APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO:

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:40 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO